



**PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MATAS E NASCENTES COMO FONTE DE
RENDA: Pesquisa Bibliográfica Aplicada à Gestão Ambiental**

Renan F. GLUZEZAK¹; Carlos A. TURATI²; Carla N. TOLEDO³

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica e exploratória foi desenvolvida como uma forma de iniciação científica, na área de Metodologia Científica, voltada para a introdução à pesquisa bibliográfica aplicada, com o objetivo de desenvolver técnicas da pesquisa bibliográfica e conhecimentos específicos da Gestão Ambiental. O tema pesquisado foi a preservação e restauração de matas e nascentes como fonte de renda. Foram analisados estudos sobre novo Código Florestal Brasileiro, para a busca de relações com o tema nesse documento, e também referências ao conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e outros tipos de contrapartida que não seja necessariamente a financeira, ou ainda que permitam atividades econômicas preservando o meio ambiente e a água. Os resultados identificam alguns manejos ambientais errados e apresentam algumas alternativas de forma de renda que preservem o meio ambiente no meio rural previsto na atual legislação brasileira. Ao final da pesquisa constatamos a necessidade de ampliação da discussão sobre o tema.

Palavras-chave: Técnicas de pesquisa bibliográfica; Pagamento por serviços ambientais; Preservação ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto constitui um levantamento bibliográfico acerca do tema restauração de matas e preservação de nascentes como fonte de renda. O Programa Produtor de Água, da Agência Nacional das Águas (ANA), serviu como ponto de partida para investigar, na literatura, material competente sobre os casos em que o processo referido foi colocado em prática no Brasil. Um caso especial que podemos citar como exemplo é o Projeto Conservador das Águas do município de Extrema em Minas Gerais. Esse projeto se utiliza das diretrizes do programa “Produtor de Água”, e teve sucesso na aplicação do conceito de Pagamento por Serviço Ambiental (PSA), onde o trabalho desenvolvido permitiu ir além da ideia inicial, expandindo as ações para adequação ambiental das propriedades rurais para a implantação de um Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SMUC).

Iniciativas como essa passaram a ganhar mais espaço principalmente com o novo Código Florestal Brasileiro (regulado pela Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012), que suscitou a criação de programas e projetos governamentais com o conceito de PSA e outros que geram outros tipos de contrapartida, visando a produção agropecuária e florestal com redução de impactos ambientais

1 IFSULDEMINAS campus Poços de Caldas – renanwjmg@gmail.com

2 IFSULDEMINAS campus Poços de Caldas – carlos.turati@ifsuldeminas.edu.br

3 IFSULDEMINAS campus Poços de Caldas – carla.toledo@ifsuldeminas.edu.br



como forma de promover o desenvolvimento ecologicamente sustentável e proteção ao meio ambiente e recursos hídricos.

Existem estudos na área de Gestão Ambiental sobre restauração e preservação de matas e nascentes como fonte de renda, e como exemplo, podemos citar o Programa FAPESP de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (BIOTA-FAPESP). Tal programa tem grande influência na criação de pressupostos teóricos para a formulação de leis ambientais no estado de São Paulo e um método formulado a partir de experiências na restauração de matas e preservação de nascentes em diversos lugares do Brasil.

O Objetivo geral desta pesquisa foi realizar um levantamento de informações e uma base de dados sobre o tema investigado. Para realizar o objetivo geral foram definidos como objetivos específicos:

- 1- buscar primeiramente na literatura informações mais regionais do desenvolvimento de projetos ou processos sobre o tema restauração de matas e preservação de nascentes como fonte de renda;
- 2- buscar com maior atenção obras bibliográficas que tratem do Novo Código Florestal Brasileiro, projetos e programas criados a partir de suas diretrizes, principalmente o Projeto Produtor de Água da ANA;
- 3- identificar e tipificar programas que incluam em suas metas a restauração de matas e preservação de nascentes.

Com o crescimento populacional das últimas décadas, além de uma crescente demanda sobre recursos naturais, os ecossistemas estão sendo cada vez mais degradados por formas de exploração e produção não sustentáveis. Esses fatos implicam reflexões e ações formuladas no escopo teórico do desenvolvimento ecologicamente sustentável. Segundo Ignacy Sachs (2000), o aspecto econômico normalmente é valorizado em detrimento do social e ambiental, o que afeta o bem-estar humano e aumenta a vulnerabilidade de indivíduos, comunidades e nações, impedindo o acesso a recursos essenciais à vida como a água.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Freitas e Prodanov (2013), as benesses da Ciência se dão a partir do esforço de cientistas para tornar as descobertas acessíveis ao público, e, mesmo que cada ciência possua recursos determinados por sua própria natureza, existe uma padronização para a apresentação de uma pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica compreende oito fases



distintas, que são: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Conforme as definições tipológicas de Freitas e Prodanov (2013), esta pesquisa é de natureza básica; de objetivo exploratório; de procedimento bibliográfico. O material utilizado nesta pesquisa consiste principalmente em obras de referência da área de gestão ambiental; artigos; documentos oficiais; também informações extraídas em sites de órgãos oficiais, de Ongs, de empresas, de universidades, e de faculdades. Utilizamos o método de procedimento comparativo para expor os resultados de nossa pesquisa, confrontando opiniões e resultados dos fichamentos das obras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se que ecossistemas bem manejados reduzem os riscos e vulnerabilidades como risco de enchentes, secas, perdas de safra, fome e doenças, que são maiores nas áreas rurais. Entretanto, o bom manejo da terra com vistas à conservação do meio ambiente e seus recursos é pouco aplicado, seja por falta de conhecimento técnico ou pela ideia de que esta forma de manejo trará maiores custos. As matas ciliares são áreas prioritárias de preservação e restauração, porém, de acordo com BOTELHO E DAVIDE (2015), são os ecossistemas mais intensamente utilizados e degradados pelo homem, principalmente por possuírem solos férteis e úmidos, ideais para a agricultura.

Segundo a ONG norte americana The Nature Conservancy (TNC), que é parceira em vários projetos de restauração ambiental no Brasil, “restauração ecológica é o processo de auxílio ao restabelecimento de uma vegetação, que foi degradada ou completamente destruída, em direção à saúde e integridade do sistema”. Em consonância com esse conceito, o Novo Código Florestal Brasileiro traz incentivos à restauração ecológica do ponto de vista da conformidade legal, sem prejuízos a atividades financeiras. De acordo com ANTUNES (2012), os principais são: exigência de criação pelo Governo de um programa de pagamento por serviços ambientais; criação de um programa específico para converter as multas referentes a autuações por desmatamentos promovidos sem autorização ou licenças, em melhoria da qualidade do meio ambiente; e possibilidade de consolidação em APPs de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural iniciadas até 22 de julho de 2008.



5. CONCLUSÕES

É necessário entender a importância da preservação dos recursos naturais, e pensar em novas formas de aplicar ideias já sistematizadas, que ajudem a reverter o processo de degradação ou que apresentem técnicas eficientes no auxílio à recuperação de vegetação em grande escala, de forma que se possa garantir a segurança hídrica para a atual e as futuras gerações. O arcabouço teórico constituído nesse estudo poderá contribuir, dessa forma, para o avanço teórico na área de conhecimento do tema proposto, visto que ainda são poucos estudos se considerarmos a demanda atual e a abrangência da necessidade de proteção dos serviços ecossistêmicos.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012)**. XVIII Simpósio Jurídico ABCE, 2012.

BOTELHO, Soraya A.; DAVIDE, Antonio C. **Métodos Silviculturais para a recuperação de nascentes e recomposição de matas ciliares**. UFLA, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Garamond, 2000.

<http://www.tnc.org.br> - consultado dia 25/07/2017